



Legados de 68

Por que lembrar o maio de 68? Para Robert Ponge, significa não só impedir que se apague a memória coletiva e histórica, como também compreender e extrair ensinamentos, mesmo que não sejam diretamente aplicáveis ao momento atual. Há cinco décadas, Robert estava lecionando em Londres, mas retornou a Paris no início de julho daquele ano, onde cursava uma pós-graduação em língua e cultura inglesa. Teve oportunidade de participar de algumas das grandes assembleias estudantis na Sorbonne. “Foi o maior movimento da França contemporânea. Exigia mudanças políticas e sociais, além da saída do general De Gaulle. Um dos lemas era: ‘Dez anos é demais.’ Apesar de ter sido uma figura-chave no enfrentamento da ocupação nazista durante a Segunda Guerra, De Gaulle vinha governando o país desde 1958, tendo chegado ao poder por meio de um golpe de estado. Além do que, defendia uma política de ataque aos direitos sociais, com ameaças à aposentadoria, ao funcionalismo público e ao ensino público gratuito. Em certa medida, as mesmas disputas que vemos hoje, em outro contexto.”

Professor aposentado e docente convidado do Programa de Pós-graduação em Letras da UFRGS, Ponge avalia o maio de 1968 como um movimento pacífico, poderoso e amplo que estava prenhe de uma revolução – que não aconteceu. Isso porque os dois partidos de esquerda da época – o socialista e o comunista – aceitaram a jogada proposta por De Gaulle, que

antecipou as eleições presidenciais. Na sequência, os sindicatos também negociaram algumas conquistas, o que acabou isolando o movimento estudantil e levando suas lutas ao esgotamento. O general venceu o pleito, mas seu governo não duraria além de 1969.

Apesar desse desfecho, aquele ano que havia começado com protestos contra a Guerra do Vietnã, a “Primavera de Praga”, o assassinato do líder Martin Luther King e o massacre de estudantes em Tlatelolco, na Cidade do México, inspirou a juventude a enfrentar todas as formas de arbítrio, e não só no campo da política. No Brasil, 1968 começou com o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto por policiais militares em 28 de março durante um protesto no Rio de Janeiro; prosseguiu com a passeata dos 100 mil no centro da capital carioca, no dia 26 de junho, reunindo estudantes, religiosos, artistas e outros setores da sociedade em protesto contra a ditadura civil-militar; perseverou com a prisão em massa de todos os participantes do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, em 12 de outubro; e se encerrou em 13 de dezembro com a edição do AI-5, que autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do habeas corpus.

A professora da Faculdade de Arquitetura Wrana Panizzi era estudante na Universidade de Passo Fundo em 1968. Ela acredita que a agitação daquele ano trouxe ensinamentos sobre o valor de lutar, de ter uma causa. “Particularmente, 68 me deu duas coisas importantes: a visão de que Passo Fundo não acabava no horizonte do Boqueirão e a ideia de que não nos realizamos no singular, mas só no plural. Acho que a gente tem de ter uma causa. Eu passo mal quando não tenho um projeto!” Para ela, a partir do entendimento de que as pessoas têm um papel na transformação da realidade, é necessário compreender que esse projeto não se faz isoladamente. Mesmo porque ninguém pode se pretender um salvador capaz de mudar o mundo sozinho.

Reitora da UFRGS de 1996 a 2004, Wrana acha que as universidades deveriam colocar 1968 como um ponto de discussão fundamental. “Dou aula para a graduação e percebo que nossos alunos, muitas vezes, não sabem o que foi aquele movimento. Preservar essa memória coletiva, rememorar os acontecimentos pode servir para que recuperemos uma perspectiva de longo prazo, de esperança e até de encantamento. Nós perdemos o encantamento, que precisa ser recuperado. Basta ver o que são nossas políticas estudantis, muito vinculadas a partidos políticos. Por isso digo, correndo o risco de ser mal interpretada, que a universidade se despolitizou e se partidizou”, critica.

Um ano que encerrou antes o

Para quem é aluno de universidade pública é algo impensável frequentar os anos da graduação com a mesma turma de colegas, mas essa era a realidade de quem foi estudante universitário antes da reforma de 1968, implantada pela Lei n.º 5.540. A medida adotada pela ditadura civil-militar teve, entre outros propósitos, o controle político das instituições federais de ensino superior, por meio da chamada “racionalização administrativa”, e a formação acelerada de mão de obra para atender às demandas da economia. Suas principais consequências foram a expansão das matrículas em universidades, principalmente no setor privado, e o prolongamento da interferência nos ideais “revolucionários” na educação superior. À nova legislação juntou-se a repressão aos grupos de esquerda, dentro e fora do ambiente universitário. Na UFRGS, entre 1964 e 1969, foram expurgados 39 professores e expulso um número indeterminado de alunos, por meio de processos autoritários disfarçados de atos legais. Em 1968, o movimento estudantil assistiu à progressiva consolidação da força como argumento, culminando com a edição do Ato Institucional n.º 5, que violava os direitos humanos mais essenciais, como a liberdade de expressão e a defesa em juízo. O JU conversou com mulheres que viveram essa época para ouvir suas narrativas sobre um tempo em que o diálogo foi cancelado por decreto e a intolerância aplaudida como solução.

A professora aposentada do IFCH **Lorena Holzmann** ingressou na UFRGS em 1964 para fazer o bacha-

relado em Ciências Sociais. “Ali era o centro nevrálgico do movimento estudantil. Entrei na Universidade e, semanas depois, ocorreu o golpe. Em 1968, o clima era de muita tensão, porque todo mundo falava cuidando quem circulava por perto. Havia a compreensão de que a Universidade estava cheia de olheiros: um pessoal que andava por ali para sentir o clima, ver quem eram as pessoas comprometidas com o movimento. Mas não nos sentíamos vigiados, pois esses olheiros não se identificavam.”

Ela recorda da grande agitação política: “A gente ficava sabendo das prisões de estudantes, e a coisa ficou muito feia depois do AI-5. Mas não havia essa agressividade, esse ódio que se sente atualmente. Às vezes, as pessoas aplaudiam a Parada dos Bixos, mas não me lembro de acirramento ou de movimentos de massa como o MBL e o Vem pra Rua”. Antes de entrar na Universidade, Lorena tinha o hábito de assistir à Parada, momento em que os calouros desfilavam pela Rua da Praia até a Praça da Matriz, fantasiados com alegorias muito críticas, questionando coisas como o atraso nas obras do Hospital de Clínicas ou o aumento das taxas postais. Conforme a docente, entre 1964 e 1968 os protestos e choques com a polícia foram frequentes: “Éramos jovens e íamos para a rua. Teve uma ocasião em que organizamos uma passeata que seguiria pela Rua da Conceição, e a polícia fechou a saída da reitoria para impedir nossa passagem. Sentamos no meio da rua, e nos deram um prazo para sair, mas quando levantamos baixaram o pau! Saímos correndo para dentro

da Faculdade de Filosofia. Em outra passeata, após o assassinato do Edson Luís, fizemos uma manifestação na Praça Rui Barbosa, rebatizada por nós como Praça Edson Luís. A polícia interveio com violência e eu e minha irmã acabamos buscando abrigo na antiga escolinha de artes do Theatro São Pedro”.

De acordo com Lorena, que se graduou no bacharelado em 1967 e retornou no ano seguinte para cursar a licenciatura, não ocorriam tantos debates em sala de aula, embora houvesse certa animosidade e professores que “marcavam” os alunos de esquerda que assumissem um posicionamento político de oposição aberta ao regime.

Mercedes Loguercio Cánepa é professora aposentada do Departamento de Ciência Política da UFRGS e foi colega de turma de Lorena ao ingressar na Universidade em 1964. Uma das fundadoras da Associação dos Sociólogos do RS, entidade da qual foi presidente, integrou, durante a graduação, um projeto de pesquisa liderado pelo professor Leônidas Xausa. Participavam desse grupo Lorena e outros alunos, como Francisco Ferraz e Hélió Trindade, que posteriormente se tornariam reitores da Universidade na fase de redemocratização do país. A equipe havia recebido bolsas da Fundação Ford para a realização de um estudo sobre a história política em nosso estado. Quando o docente foi aposentado compulsoriamente na segunda leva de expurgos na UFRGS, em 1969, ela defendeu a paralisação do projeto: “Xausa ficou sabendo do

meu posicionamento e me telefonou já exilado no Chile, defendendo que não devíamos interromper o trabalho por acreditar que os militares não deixariam o poder tão cedo. Naquele momento ele já tinha essa percepção! Também alertou que os integrantes de nosso grupo deviam ingressar como docentes, prosseguindo com os estudos, pois seria a partir das Universidades que se poderia articular algum tipo de resistência”.

Embora não sentisse diferença de tratamento ou empecilho ao exercício de qualquer atividade no ambiente universitário pelo fato de ser mulher, admite que isso ocorria no âmbito familiar. “Certa vez, quiseram que eu presidisse o Centro Acadêmico das Ciências Sociais, e indiquei o André Forster, por não querer problemas com minha família. À época, era complicado uma moça participar de reuniões até tarde da noite”, conta.

Na avaliação dela, 1968 foi um ano bastante pesado no país, porque significou uma tentativa fracassada de reagir ao golpe. “As coisas vinham ficando gradativamente mais complicadas: em 1967, minha turma nem teve cerimônia de formatura! Tentamos resistir de todas as maneiras. Meu irmão, que era aluno do Direito e foi ao Congresso da UNE, em Ibiúna, acabou preso. Em dezembro daquele ano, com o AI-5, a coisa piorou de vez. Eu já não fazia parte do movimento estudantil, pois havia me formado.”

Maria Helena Degani Veit ingressou na Licenciatura em Ciências Sociais da UFRGS em 1964, aos 26 anos. “Eu já estava entrando no rol

das solteironas, era a mais velha entre meus colegas e vinha de uma família muito conservadora. Apesar disso, fazia coisas incomuns para uma moça na época, como ir sozinha ao cinema. Não tinha vivência política nem preconceito contra coisa alguma. Era contra a ditadura militar, mas também contra a ditadura do proletariado”, explica. Antes de ingressar na UFRGS, aconselhou-se com o professor João Guilherme Corrêa de Souza para saber em que consistia o curso de Ciências Sociais. Ele e Ernani Maria Fiori foram seus grandes mestres. “Minha maior decepção foi quando o Fiori foi expurgado da Universidade, quase no mesmo mês em que meu pai faleceu. Fui visitá-lo, e ele me disse que isso não era importante. O que interessava era ‘o caminhar da grande caravana’”, relembra, acrescentando que sua turma decidiu homenagear Fiori, convidando-o como paraninfo da formatura que ocorreria em dezembro de 1967. “Ele não compareceu, dizendo que não se sentaria ao lado de apoiadores da ditadura. Acabou que não tivemos cerimônia.”

Já cursando o bacharelado, em 1968, foi orientada por Leônidas Xausa a realizar sua pesquisa de campo sobre comportamento político junto aos moradores do Morro Santa Teresa, na zona sul da capital. O tema do trabalho gerou preocupação em sua mãe. Contudo, Maria Helena diz não ter vivido a agitação política por ser bastante tímida: “Ia pra casa e estudava. Não me abria com meus colegas porque sabia que minhas ideias eram diferentes e que seria crucificada por isso. Fui engajada



rou de terminar

no meu curso, mas não politizada, tanto que não tive consciência do que representaram os Atos Institucionais naquela época. Só fui me dar conta durante o doutorado no Canadá, em 1978, quando me advertiram para que não participasse de eventos acadêmicos em que houvesse russos, pois perderia minha bolsa. Aquilo me deixou muito mal”, reconhece.

Entre 1968 e 1972, **Wrana Maria Panizzi** cursou Filosofia e Direito na recém-criada Universidade de Passo Fundo (UPF), acompanhando de longe o que se passava no centro do país. Ela presidiu o Diretório Acadêmico da Filosofia. Entre os fundadores daquela instituição, havia o padre jesuíta Elydo Alcides Guareschi, que mais tarde se tornaria reitor e secretário municipal de Educação, e o professor Carlos Nicolau Galves, jurista e economista de grande influência. Guareschi era muito acessível e sempre arrumava tempo para conversar com os alunos. Galves morava no centro e costumava ir para a frente da sua casa ao meio-dia para falar com os estudantes que por lá passassem. “Lembro que eu e meu irmão, estudante de Agronomia, gostávamos muito dessas conversas, nas quais fiquei sabendo de coisas como a Semana de Arte Moderna ou o filme *2001: uma odisseia no espaço*. Ele era uma referência na cidade.”

Ao lado do amigo Gilberto Borges, com quem compartilhava uma assinatura do *Jornal do Brasil*, Wrana costumava ficar da manhã à noite na universidade. O grupo de estudantes organizava debates, semanas acadêmicas e culturais, editava um jornal

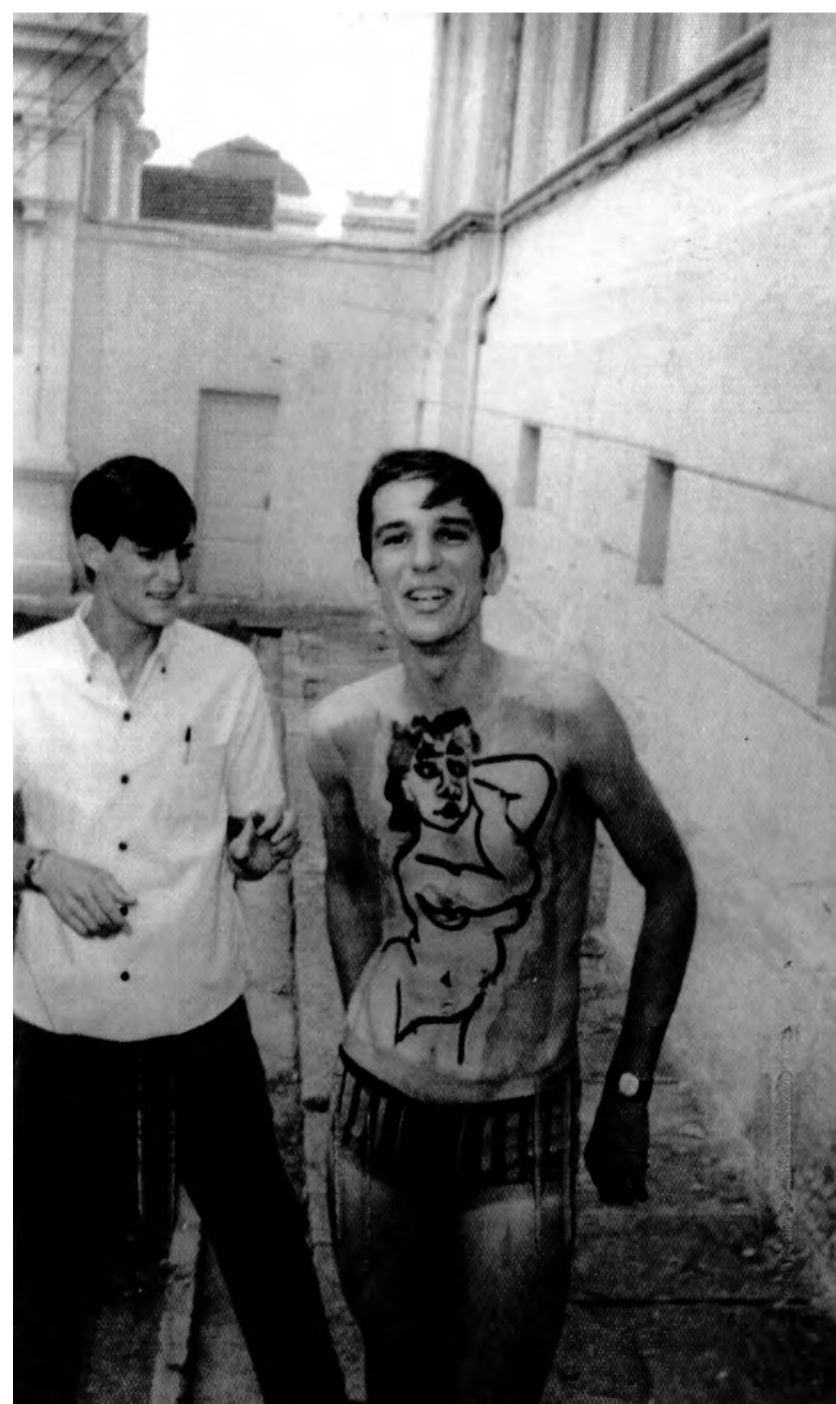
e promovia reuniões dançantes para arrecadar fundos. “O salão era cedido pela UPF nos sábados à tarde. O engraçado é que quem dançava eram os outros; nós ficávamos limpando e organizando a festa! Isso era uma forma de manter o jornal e ganhar dinheiro para pagar passagens para o pessoal ir aos congressos estudantis.”

Wrana relembra que era comum queimar papéis no fundo do quintal de casa, escondido dos vizinhos e até da família, pois muitas publicações e documentos poderiam levar à prisão. No final de 1968, ela viveu um momento marcante: “No dia 14 de dezembro, tivemos a formatura da Filosofia. Era o tipo de evento que eu não perderia porque gostava e, também, por fazer parte do diretório acadêmico. O paraninfo, Padre Alcides, fez um discurso sobre o papel da educação como preparação para a vida em que mencionou Che Guevara como exemplo de como era importante estudar e agir sobre as causas dos problemas que afligiam a sociedade, e não apenas sobre seus efeitos. Claro, no outro dia foi chamado no quartel! A gente foi pra frente do prédio protestar, e ele acabou não ficando preso.”

Mesmo depois do AI-5, Wrana continuou fazendo política estudantil, apesar do temor da mãe. Deixou de ir ao Congresso de Ibiúna por um problema de última hora, e quando os colegas foram libertados, organizou uma recepção no salão de atos da Universidade. “Eu tinha um pouco de receio, mas isso não me tolhia porque eu acreditava e, quando acredito, me atiro mesmo! Lamento que atualmente os diretó-

rios e centros acadêmicos tenham perdido muito dessa efervescência”, observa, lembrando que, por ser representante discente, participava das reuniões dos conselhos universitários. “Tínhamos uma boa convivência com os professores, o que acabou após as mudanças da reforma de 68. Terminaram não só as turmas, mas também os encontros na sala dos professores. Havia o saguão da universidade, a biblioteca e um cachorro-quente do qual tenho saudade até hoje. A gente vivia a universidade de forma intensa.” Ela recorda que alguns dos cassados na UFRGS, como Gerd Borheim, Carlos Roberto Cirne Lima e Ernildo Stein, foram dar aulas na UPF. Paulo Freire também esteve realizando cursos em Passo Fundo. Outro mestre que marcou época foi o historiador Amado Cervo, que se tornaria docente na UnB e no Instituto Rio Branco. “Ele dava aulas maravilhosas sobre teoria do conhecimento e ministrou uma disciplina de metodologia científica nos ensinando as várias facetas de como se pode construir um problema de pesquisa.”

Wrana avalia que a reforma do ensino levada a cabo pelos militares foi prejudicial à Universidade, porque afastou a possibilidade de se ter uma vida mais coletiva, eliminando-se as turmas, as discussões e o convívio com os professores. “Foi uma mudança que fortaleceu o conservadorismo. Hoje se diz que a universidade precisa criar competências, mas não é só isso, ela tem de ser uma instituição com compromisso com o seu entorno e estratégica para a região onde se localiza”, conclui.



“68 foi abismante”

O compositor e cantor Raul Ellwanger acha que as pessoas têm razão em ter saudade de 1968. “Havia certa ingenuidade, uma aspiração, o desejo de ter uma vida linda pra todo mundo, igualitária. Mas vai ali na Borges de Medeiros hoje e olha aquele pessoal vivendo debaixo do viaduto. Aquilo é inaceitável em um país riquíssimo como o nosso!” Filho da classe média, depois de ter estudado no Colégio Anchieta, onde fez seu primeiro show, ingressou no curso de Direito de PUCRS em 1966. O Brasil já vivia sob uma ditadura civil-militar, mas o regime ainda mantinha uma máscara de normalidade. “Penso que a romantização da figura do Che Guevara, aceleradíssima com sua morte, nos influenciou muito. O importante naquele momento era lutar contra a ditadura. Claro, era diferente entre os militantes, que ficavam brigando entre si, como fazem até hoje”, relembra. Nesta entrevista, Ellwanger recorda dos grandes movimentos artísticos e da agitação estudantil ocorridos naquele ano intenso e desigual.

Como foi o teu 1968 em Porto Alegre?

Pessoalmente, foi um negócio quase inacreditável. Nesse ano, a gente criou a Frente Gaúcha da Música Popular – eu tenho o manifesto publicado no dia 5 de maio no Correio do Povo pelo Osmar Meletti – e ocorreram dois festivais importantes: o Universitário, da Arquitetura da UFRGS, e o outro, promovido pela TV Gaúcha, que era parte da rede Excelsior. Neste, os finalistas iam competir no Rio de Janeiro, numa final que pegava sete ou oito estados onde eles tinham as afiliadas. Eu participei desses dois eventos e me saí muito bem artística e competitivamente. O da TV Gaúcha fez eliminatórias em todos os cinemas de bairro, e a final foi no Grêmio Náutico União. Nenhum de nós

tinha sequer uma música gravada, muito menos um disco que tocasse em rádio! Eu era cara dura, tocava três notinhas no violão e tirei o segundo lugar no Festival Sul-brasileiro da TV Gaúcha. Com isso, fui para o Rio, toquei no Maracanzinho, gravei finalmente uma faixa, fiz a minha estreia. Quando fui classificado para o Festival da Record, em 69, já não pude ir, porque iriam me prender se eu aparecesse. Ao mesmo tempo, comecei a trabalhar no escritório de advocacia trabalhista do Afrânio Araújo, que era muito forte. Eu já havia tirado a carteirinha da OAB e passei a fazer audiências na Justiça do Trabalho. Concomitantemente, participava de reuniões com os trabalhadores mais mobilizados. A gente tinha muitas ramificações, num tempo em que o sindicalismo estava sob intervenção. Tudo nascia do “chão da fábrica”, contra as diretorias, e havia grandes reivindicações trabalhistas. Inclusive em 68 houve uma série de greves sobre as quais pouco se fala: na Wallig, no Estaleiro Só, ocorreram movimentos organizados contra os pelegos sindicais, contra a estrutura e a polícia política.

E como tu conseguiste dar conta de tudo isso?

Eu tinha 20 anos. Hoje a sensação é de que eu não dormia! Eu namorava, jogava futebol, ia às audiências da Justiça do Trabalho, ganhava meu dinheiro – algo que não tinha ainda experimentado na vida –, tanto que saí de casa e fui morar em um apartamento com uma geladeira e um colchão. Foi quando descobri que a geladeira não se enchia sozinha! Um tempo de grande intensidade emocional, pessoal, profissional, cultural. E eu ainda compunha. Foi o ano do manifesto, que eu redigi. O ano em que fui eleito para o diretório dos estudantes de Direito da PUCRS, com toda a dificuldade política

que havia por lá. No meu primeiro ano de faculdade, em 66, quando a universidade ainda funcionava ali no Colégio Rosário, no Centro, fiz *PUC fala em amor e verso*, o primeiro show da minha vida.

Mas aqui já havia uma ditadura que deixou cair a máscara depois de dezembro de 68.

De 64 a 68 tivemos um período diferente, no qual mantiveram uma aparência de relativa normalidade, apesar de ter havido um golpe puro e seco. O Congresso tinha derrubado o presidente que, por sinal, estava em Porto Alegre. Lembro muito bem daquele deputado [Ranieri Mazzilli, do Partido Social Democrático, então presidente da Câmara dos Deputados que assumiu a presidência do país na madrugada de 2 de abril de 1964], declarando que a cadeira do Jango estava vaga. Com a decretação do AI-5, as coisas se acirraram. Por exemplo, até dezembro de 68, havia o habeas corpus. A gente tinha um grupo chamado União Operária, liderado pelo Carlos Araújo, que fazia um meio caminho entre a luta sindical e o reflexo político disso. Esse grupo de trabalhadores e advogados produzia um jornalzinho e reunia pessoas emblemáticas como o Antônio Losada, alfaiate, líder sindicalista e vereador cassado que anos depois seria preso pelos milicos. Ele já era um senhor que tinha rompido com o Partido Comunista, como todos nós. Havia muitos advogados envolvidos, que já vinham de militâncias nos partidos Trabalhista, Socialista e Comunista. Lá por 67, 68, fazíamos reuniões nas igrejas para organizar as reivindicações da Wallig, da Zivi-Hércules, com cerca de 800 trabalhadores. Essas indústrias haviam descumprido tantas leis, e por tanto tempo, que os empresários imploravam por um acordo.

Em junho de 68, houve uma grande passeata que terminou em confronto no Centro de Porto Alegre. Tu participaste?

Eu participei daquele quebra-pau defronte à prefeitura perifericamente, mas me lembro muito bem. Nessa época, trabalhava no escritório de advocacia do Dr. Telmo, no edifício Missões, que ficava ao lado do antigo Guaspari. Eu fui lá, fiz o que pude, mas aí subi para o escritório e fiquei assistindo à confusão toda lá de cima.

Tiveste envolvimento com o movimento estudantil?

Sim, mas a turma da esquerda da PUCRS eram os patinhos feios. Havia várias tendências, mas eu nem percebia essas articulações na universidade. Lá o que existia claramente era a Arena e o MDB. Pujol e Fogaça eram os líderes estudantis da Arena, o partido que apoiava o regime militar. Eu não entendia nem tinha experiência, além disso, as coisas eram feitas de forma discreta. A gente percebia que na UFRGS havia um grupo em torno do Raul Pont e do Flávio Koutzii, e outro formado pelos chamados cristãos da Juventude Universitária Católica (JUC). Aí, quando teve o Congresso Regional da UNE, lá no morro Santo Antônio, descobri que a coisa era disputada, porque havia dois caras que brigaram o tempo todo. Eles esculhambaram aquele congresso de tanto que brigaram. Teve gente da Engenharia que tínhamos conseguido levar para o movimento pela primeira vez e que veio reclamar: “Puxa, que fria aquela xaropada, aqueles dois caras brigando!”. Nesse encontro, escolheram os delegados que iriam pra Ibiúna. Eu fui eleito junto com o Alceu Flores, mas fiquei doente, e no meu lugar foi o Vitor Hugo Sperb, que acabou preso. Anos depois, ele me gozava dizendo: “Poxa, muito boa aquela tua gripe, né?”.

